

MUNDO EM TRANSIÇÃO

**NOVOS VÉRTICES DE PODER,
INSTITUIÇÕES E COOPERAÇÃO**

**KARINA L. P. MARIANO
ROBERTO GOULART MENEZES
HERMES MOREIRA JR.
(ORGANIZADORES)**



Apoio:



**GOVERNO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
Reinaldo Azambuja Silva
Governador do Estado



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino,
Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

Márcio de Araújo Pereira
Diretor | Presidente

Editora filiada à



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Universidade Federal da Grande Dourados
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD
Coordenação editorial: Rodrigo Garófallo Garcia
Divisão de administração e finanças: Givaldo Ramos da Silva Filho
Divisão de editoração: Cynara Almeida Amaral,
Marise Massen Frainer, Raquel Correia de Oliveira
e Wanessa Gonçalves Silva
e-mail: editora@ufgd.edu.br

A presente obra foi aprovada de acordo com
a Chamada Fundect/SECTEI n. 26/2015 - PUBLICA - MS.

CONSELHO EDITORIAL
Rodrigo Garófallo Garcia
Marcio Eduardo de Barros
Clandio Favarini Ruviano
Angela Dulce Cavenaghi Altemio
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi
Rogério Silva Pereira
Eliane Souza de Carvalho

A revisão textual e a normalização bibliográfica deste livro
são de responsabilidade dos organizadores e autores.

Revisão de texto: Fabricia Romaniv
Capa: Ygor Goulart

Projeto gráfico, diagramação,
impressão e acabamento:



EDITORA ÍTHALA
www.ithala.com.br
(41) 3093-5252

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M965

Mundo em transição: novos vértices de poder, instituições e
cooperação / Organizadores: Karina L. P. Mariano, Roberto Goulart
Menezes, Hermes Moreira Jr. -- Dourados, MS: EdUFGD, 2017.
435p.

ISBN: 978-85-8147-149-5
Possui referências

1. Política externa. 2. Integração regional. 3. Cooperação
internacional. I. Karina L. P. Mariano. II. Roberto Goulart
Menezes. III. Hermes Moreira Jr. IV. Título.

CDD – 327

©Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD.
Todos os direitos reservados Permitida a publicação parcial desde que citada a fonte.

O RETORNO DE UMA ILUSÃO: AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E CHINA (2000-2015)

Helton Ricardo Ouriques

Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

O objetivo deste capítulo é apresentar uma reflexão tanto teórica quanto empírica a respeito do posicionamento do Brasil na atual conjuntura da economia mundo capitalista, marcada pelo ressurgimento da China como um epicentro dos processos de acumulação de capital e poder. Vários estudos apontam que países da América Latina e o Brasil, desde o começo do século XXI, foram beneficiados pelo “*boom das commodities*”, puxado pelo crescimento econômico chinês, que demandou e demanda recursos naturais e energéticos em escala cada vez maior. Assim, assistiu-se ao estreitamento das relações econômicas e políticas entre Brasil e China, em particular a partir dos anos 2000, chegando inclusive à formação do bloco denominado Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), considerado um ator emergente no sistema internacional. Portanto, faz-se necessário um balanço da situação brasileira diante da expansão econômica chinesa, que está afetando toda a economia mundial. Nesse sentido, está colocada a possibilidade de alteração da condição semiperiférica do Brasil, que parece ser, na verdade, uma condição estrutural? É sobre isso que pretendemos discorrer ao longo deste texto.

UM PANORAMA GERAL SOBRE AMÉRICA LATINA E CHINA

Embora tenha seguido uma receita muito distinta das economias latino-americanas e africanas, que implantaram desde os anos 1980, em maior ou menor grau, os programas de ajuste estrutural recomendados pelo Banco Mundial e pelo FMI, é necessário levarmos em conta que a experiência chinesa das últimas três décadas só pode ser adequadamente compreendida em uma perspectiva histórica mais longa e dentro de processos, por assim dizer, mundiais. Na dimensão temporal, a conjuntura relevante é o período do pós-guerra. Não apenas pela revolução comunista de 1949, responsável pelo estoque de força de trabalho disciplinada e qualificada e de capital acumulado pelo Estado, mas também pelo contexto da Guerra Fria, que estimulou os EUA a apoiarem sem reservas o desenvolvimento econômico da Ásia Oriental. Esse “desenvolvimento a convite”, como destacado por Arrighi (1997), atrelou Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e, por último, a China, à locomotiva econômica estadunidense. Como sabemos, nem um equivalente ao Plano Marshall foi oferecido à América Latina que, sob a hegemonia norte-americana, adotou a industrialização substitutiva de importações a partir dos anos 1950 e 1960, justamente quando o leste asiático utilizou a estratégia do crescimento baseado em exportações para o mercado norte-americano. Essas distintas trajetórias explicam, pelo menos em parte, por que nos anos 1980, na América Latina, foram adotadas as chamadas políticas neoliberais — dentro do contexto da subordinação dos Estados da região aos organismos supranacionais (Banco Mundial, FMI), integrantes da ordem mundial estabelecida pela hegemonia dos EUA. Já no leste asiático, o modelo de desenvolvimento baseado em exportações e sob a coordenação estatal prosseguiu radicalizado, desta vez tendo como epicentro a China.

Pensando em termos sistêmicos, a situação geral chinesa deve ser vista em perspectiva mais ampliada, inserida no quadro mais geral das transformações ocorridas no leste asiático desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Arrighi (1997, p. 127), por exemplo, argumenta que o crescimento explosivo do leste asiático desde o final da Segunda Guerra Mundial “se parece com um foguete de três estágios”. O primeiro está-

gio da expansão teve como principal agente os Estados Unidos, cujas estratégias geopolíticas favoreceram enormemente o Japão, que não teve que bancar os custos de proteção (militares) e pôde dedicar, assim, suas energias para a reestruturação econômica (modelo de subcontratação de múltiplas camadas). No segundo estágio, o Japão ampliou suas conexões com as economias do entorno asiático, em busca de força de trabalho, sendo o agente da expansão da região. No terceiro estágio, é o próprio governo chinês que parece ser o principal agente da expansão, agindo em consonância com a diáspora mercantil chinesa.

O mesmo autor também argumenta que:

O sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial. (ARRIGHI, 1997, p. 101).

Isso é importante ser reforçado porque esses países, com o tempo, passaram a produzir em seus territórios mercadorias com cada vez mais maior valor agregado¹, além de se transformarem em centros financeiros importantes. Ou seja, passaram a dominar a produção e cada vez mais serem espaços privilegiados das finanças globais². O que está ficando cada vez mais evidente é que a China, em escala ampliada, está seguindo esse padrão de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a América Latina em geral e o Brasil, em particular, seguiram outro caminho e outro padrão de desenvolvimento, como mostraremos a seguir.

1 “Essas jurisdições constituem um arquipélago capitalista — um conjunto de ilhas de capitalismo que se elevam acima de um mar de trocas horizontais, entre mercados locais e mundiais, através da centralização, dentro de seus territórios, de lucros de larga escala e atividades de alto valor agregado. Abaixo desse mar, ficam as gigantescas massas trabalhadoras extremamente industriais e de baixo custo de todas as regiões do nordeste e sudeste asiático, nas quais as ‘ilhas’ capitalistas fincam suas raízes, porém sem fornecer-lhes os meios necessários para se elevarem ao ‘nível do mar’ ou acima dele.” (ARRIGHI, 1997, p. 101).

2 A recente polêmica nos EUA acerca do aumento do teto da dívida colocou explicitamente em evidência o poder financeiro chinês, pois a China possui US\$ 1 trilhão em títulos da dívida externa estadunidense. Além disso, este país constituiu recentemente um fundo soberano de riqueza que está adquirindo ativos em várias economias do mundo, em especial nos EUA. Para mais informações, ver Ouriques, Vieira e Arienti (2013).

Como argumentado por Giovanni Arrighi em *O longo século XX* (1996), o início da década de 1970 marca o fim da fase de expansão material e o predomínio da acumulação na esfera financeira em escala mundial. Dentro da perspectiva dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, o aumento da disponibilidade e da mobilidade de capital circulante em âmbito mundial, resultante do esgotamento da expansão material, levou à redução dos investimentos externos direto dos EUA em todo o mundo, inclusive, na América Latina. Isso porque, na fase de expansão financeira, predomina a realização e acumulação de capital na esfera financeira. Em 1971, quando o regime de câmbio fixo se tornou insustentável para o governo norte-americano, os países da América Latina foram profundamente afetados, pois o valor de suas receitas de exportação, dos seus pagamentos pelas importações e das receitas governamentais oscilam com a volatilidade do câmbio.

Como grande parte desses países não possuía reservas suficientes para sustentar essas variações, o governo norte-americano estimulou o endividamento externo — alternativa extremamente vantajosa para os capitalistas em um momento de liberalização do crédito e do mercado financeiro internacional, porém, demasiado custosa para seus tomadores. Assim, os países da América Latina participaram da expansão financeira “através de sua demanda por recursos para contrabalançar os efeitos devastadores das crises financeiras” (ARRIGHI, 1996, p. 322).

Nesse contexto, a política monetária restritiva adotada pelos Estados Unidos em 1979, embora não tenha solucionado a crise de superacumulação norte-americana, serviu, contudo, para colocar “os países do Terceiro Mundo de joelhos” (ARRIGHI, 1996, p. 334). A multiplicação da dívida externa, resultado do aumento das taxas de juros internacionais, somada à grande queda nos preços reais das exportações desses países, devido à redução da demanda global de produtos primários, levou diversos países ao colapso. A moratória mexicana em 1982 foi apenas o primeiro sinal desse movimento, pois “as crises financeiras eram tanto endêmicas como contagiosas”, como nos lembra Harvey (2005, p. 103).

Como já mencionado em outro trabalho (OURIQUES, 2013), o cenário na América Latina foi devastador ao longo dos anos 1980. A situação foi tão catastrófica que a década ficou conhecida na história

econômica como “a década perdida”, conforme evidenciado por vários autores. O destino trágico da América Latina durante os anos 1980 e meados dos anos 1990 foi jogado na potência hegemônica então em crise, os Estados Unidos. Diante do risco de grandes perdas para os banqueiros norte-americanos, quando da derrocada do México em 1982, o governo Reagan uniu os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu, em troca, a implantação de reformas liberais³. O reescalonamento da dívida dependia, portanto, da adoção de medidas de austeridade fiscal, abertura comercial, privatizações, etc. por parte dos países devedores. Os EUA pregavam na América Latina a tradicional cantilena neoclássica: abrir as fronteiras econômicas, permitir o investimento estrangeiro, criar a infraestrutura necessária para fomentar o desenvolvimento, concentrar-se em atividades para as quais esses países teriam “vantagem comparativa” (OURIQUES, 2013, p. 95-6).

As políticas neoliberais na América Latina, de maneira geral, contribuíram temporariamente para o equilíbrio das contas fiscais, mas em pouco tempo os desequilíbrios tornaram-se evidentes. A abertura da economia conduziu a um processo de substituição da produção nacional por importações, sobretudo, nos setores de maior valor agregado e conteúdo tecnológico. Além disso, as privatizações de grandes empresas públicas e incorporação de investimentos privados diretos aumentaram a participação do capital estrangeiro e implicaram na perda do controle de setores estruturais da soberania nacional.

Em síntese, as duas regiões aqui mencionadas (leste asiático e América Latina) passaram a ter uma inserção diferenciada na economia mundial a partir dos anos 1980⁴: na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, foram priorizadas as políticas de ajuste e reestruturação; enquanto isso, os países do leste asiático e, principalmente, a China optaram por um outro modelo de desenvolvimento, centrado na atuação forte do aparato estatal, que inclusive direcionou e direciona os empreendimentos privados para setores estratégicos. Passados pouco

3 Para detalhes sobre a conjuntura econômica mundial dos anos 1980, ver também Frieden (2006).

4 Essa ideia de bifurcação nos destinos das duas regiões aparece em Arrighi (1997) e em Amsden (2009).

mais de trinta anos dessa bifurcação nas trajetórias das duas regiões, pode-se afirmar que a China efetivamente ressurgiu economicamente no cenário internacional como herdeira das experiências de desenvolvimento do Leste Asiático, como já mencionado. E sua economia política mostra-se fundamental para o destino de todas as regiões do mundo. Como será discutido na próxima seção, a América Latina e o Brasil foram e têm sido muito impactados pelo espantoso processo de desenvolvimento econômico chinês.

AS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A AMÉRICA LATINA

Os dados disponíveis a respeito da expansão das relações comerciais entre a China e os países da América Latina são inequívocos: foi a dinâmica econômica chinesa a responsável por essa ampliação. O incremento dos números de comércio e investimento ampliou-se sobremaneira a partir dos anos 2000 em comparação com a década anterior, na qual a presença chinesa foi bem menor. Com um modelo econômico implantado no processo de reforma e abertura priorizando, inicialmente, as exportações e, paulatinamente, passando para as etapas e mesmo as cadeias produtivas manufatureiras mais complexas (isto é, de produtos de baixa tecnologia para produtos de média e alta tecnologia), a China tornou-se o principal importador de recursos naturais e matérias-primas em escala mundial.

Como já salientado por um dos autores deste capítulo em outra oportunidade (OURIQUES, 2015), essa demanda chinesa por matérias-primas implicou no aumento significativo das exportações para vários países da América Latina produtores de recursos estratégicos, como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia Venezuela e Peru. Mas, como apontado por Armony e Strauss (2012, p. 2), não se pode perder de vista que o maior envolvimento da China com a América Latina e o Caribe é parte da política mais geral denominada “*going out*”, “e precisa ser entendida — analítica e empiricamente — dentro de um contexto mais amplo da globalização da China e do resto do mundo”⁵. É por causa dessa estraté-

5 Segundo os autores, “*Going out (zou chuqu)*”, “[...] is the Chinese government’s own slogan for its official encouragement for Chinese enterprises, particularly large state-owned

gia que, desde o início da década de 2000, a China passou a ter empresas figurando na lista das maiores corporações oriundas dos países ditos em desenvolvimento, com algumas delas situando-se entre as maiores em seus respectivos setores em âmbito internacional (PROENÇA et al., 2011; CUNHA, 2011).

Ao enfocarmos especificamente aspectos econômicos, podemos perceber que os principais objetivos da China na América Latina são a obtenção de recursos estratégicos e mercados consumidores para os produtos manufaturados naquele país (JENKINS, 2010). No estudo já mencionado (OURIQUES, 2014), foi feita a análise da pauta exportadora e importadora da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e do México, por tipo de produto e por intensidade tecnológica, desde os anos 2000. Percebemos que, diferentemente da noção de parceria entre iguais, ou mesmo de um novo padrão de relacionamento econômico, vem se estabelecendo tão somente uma mudança de parceiro econômico preferencial, em alguns casos mais acentuada, em outros, mais incipiente, com a China tomando o lugar até então ocupado pelos Estados Unidos e, em menor medida, pela Europa. Para todos os países analisados (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), o movimento é similar, comparando a balança comercial por intensidade tecnológica entre os anos de 2000 e 2012 ou 2013 (conforme o país): exportam-se principalmente produtos classificados como “primários” e “recursos naturais” e importam-se cada vez mais produtos “de média tecnologia” e de “alta tecnologia”, inclusive no caso dos países altamente industrializados, como o Brasil e o México.

Tendo como fonte a base de dados da Unctad⁶, com exceção do México (que possui uma pauta exportadora diversificada para a China), todos os países da América do Sul têm uma pauta exportadora considerada concentrada e focada em recursos naturais e energéticos.

or state-supported enterprises, to ‘go out’ into the world in search of investment opportunities, but more colloquially it also refers to the widening of China’s now global horizons at all levels of analysis from the state as a whole to the entrepreneurial individual and family” (ARMONY; STRAUSS, 2012, p. 2).

6 Os números a seguir dizem respeito a anos diferentes por serem o último ano de informação disponível para cada país.

Dos valores das exportações da Argentina em 2012, 54,22% foram de soja; 16,99% foram de óleo de soja e 11,96% de petróleo bruto. Para a Bolívia, para o mesmo ano, 39,11% foram de minérios e concentrados e metais preciosos; 18,65% foram de estanho e ligas de estanho e 11,70% de minério de estanho e concentrados. Para o Brasil, em 2013, dos valores exportados para a China, 37,25% foram de soja; 33,08% foram de minério de ferro e 8,76% foram de petróleo cru. Das exportações chilenas em 2013, 47,54% foram de cobre e ligas de cobre; 30,17% foram de minério de cobre e 5,51% foram de pasta química de madeira. Dos valores exportados da Colômbia para a China em 2013, 84,18% foram de petróleo cru e 7,38% de ligas de ferro. Com relação ao Equador, 53,74% do valor exportado foi de petróleo cru e 12,45% foram de crustáceos e moluscos. Quanto ao Paraguai, 43,70% do valor das exportações em 2013 foi de metais e 34,47% de couros. O Peru teve como dois principais produtos exportados em 2012 os mesmos que o Chile: 44,67% do valor foi de cobre e ligas de cobre e 11,67% foram de minério de cobre. Quanto às exportações uruguaias, para o ano de 2013, 50,14% do valor exportado foi de soja em grãos e 20,28% de leite e seus derivados. Por fim, para a Venezuela, em 2011, apenas três categorias de classificação de produtos, todas ligadas ao ferro (minério de ferro e seus concentrados, aglomerados de minério de ferro e pó de ferro e aço), foram responsáveis pelo total de 95,93% do valor exportado daquele país para a China. Segundo a mesma fonte, para todos os países a pauta importadora da China é diversificada e baseada em produtos manufaturados, incluindo aqueles considerados de média e alta tecnologia. Portanto, do ponto de vista das relações comerciais, trata-se da manutenção do conhecido padrão centro — periferia, com os países da América Latina fornecendo principalmente recursos energéticos e demais matérias-primas e importando, cada vez mais, produtos mais elaborados e com alta intensidade tecnológica (OURIQUES, 2014).

Tabela 1 – Estoque de investimento externo da China em regiões selecionadas (2003-2012) – (US\$ milhões).

Região	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	33222	44777	57206	75026	117911
Desenvolvido	1523	2116	2815	3948	8268
Em desenv.	31952	42454	53563	69643	107264
Transição	108	207	827	1434	2378
Am. Lat. & C.	4619	8268	11470	19694	24701
África	491	900	1595	2557	4462
Ásia	26470	33270	40471	47298	77767
AL&C/Mundo	13,90	18,46	20,05	26,25	20,95
África/Mundo	1,48	2,01	2,79	3,41	3,78
Ásia/Mundo	79,68	74,30	70,75	63,04	65,95

Região	2008	2009	2010	2011	2012
Mundo	183971	245755	317211	424781	531941
Desenvolvido	10799	18175	29701	46651	73148
Em desenv.	169289	222975	281597	370117	445739
Transição	3883	4604	5912	8013	13053
Am. Lat. & C.	32240	30595	43876	55172	68212
África	7804	9332	13042	16244	21730
Ásia	128854	182586	224099	297921	354830
AL&C/Mundo	17,52	12,45	13,83	12,99	12,82
África/Mundo	4,24	3,80	4,11	3,82	4,09
Ásia/Mundo	70,04	74,30	70,65	70,14	66,70

Fonte: UNCTAD, 2014. Elaboração dos autores.

A mesma dinâmica de expansão pode ser percebida em relação aos investimentos externos diretos oriundos da China, como indica a Tabela 1. Nota-se um incremento no estoque de investimentos em valores absolutos, pois a América Latina e o Caribe receberam US\$ 4.619,00 milhões de IED (Investimento Externo Direto) chinês em 2003 e US\$ 68.212,00 milhões em 2012. Contudo, em termos relativos, houve uma redução de 13,90% para 12,82%. Mas é necessário ainda que se perce-

ba quem foram os receptores desses IED. A participação dos países da América do Sul, por exemplo, foi muito pequena no período, chegando ao máximo de 1,21% dos IED chineses em 2012 segundo dados disponíveis na mesma fonte (UNCTAD). Os investimentos chineses na América Latina e Caribe, na verdade, concentraram-se nas Ilhas Virgens (5,8% do IED em 2012) e nas Ilhas Cayman (5,65% do IED em 2012), que são notoriamente conhecidas como paraísos fiscais. A tabela evidencia que nenhum país da América do Sul, ao longo de cada ano do período 2003-2012, recebeu individualmente sequer 0,5% dos IED chineses, o que, de certa forma, minimiza discursos exageradamente otimistas a respeito dos investimentos chineses nos países da região, que surgem tanto na imprensa quanto nos meios políticos e empresariais. Não estamos dizendo aqui que esses investimentos não possuem importância, mas apenas chamando a atenção para o fato de que a América Latina não parece ser o principal foco da economia política chinesa⁷.

Tabela 2 – Exportações de regiões selecionadas e total mundial (US\$ milhões).

Região	1980	1990	2000	2005	2010	2014
Mundo	2.050.129	3.495.675	6.452.318	10.502.488	15.302.138	19.003.732
Caribe	22.627	13.317	19.016	26.756	27.235	32.945
Caribe/ Mundo em %	1,10	0,38	0,29	0,25	0,18	0,17
América Central	23.271	45.638	183.149	244.104	341.695	451.836
AC/Mundo em %	1,13	1,30	2,84	2,32	2,23	2,37
América do Sul	65.605	86.668	165.833	315.622	522.668	607.664
AS/Mundo em %	3,20	2,48	2,57	3,01	2,23	3,20
Ásia em desenv.	373.191	589.790	1.538.457	2.903.639	5.016.322	6.827.674

7 Além disso, é necessário qualificar quais tipos de investimentos são esses e quais seus impactos nas economias locais. Esse é um assunto que foge, contudo, ao escopo desse artigo.

Região	1980	1990	2000	2005	2010	2014
Ásia/ Mundo em %	18,20	16,87	23,84	27,65	32,78	35,93
China	18.099	62.091	249.203	761.953	1.577.754	2.344.306
China/ Mundo em %	0,88	1,78	3,86	7,25	10,31	12,34

Fonte: UNCTAD, 2015. Obs.: América Central inclui México.

Mesmo assim, ressaltamos novamente que a própria conjuntura interna chinesa (expansão do mercado interno e manutenção do modelo exportador) fez com que esse país direcionasse suas atenções para o estreitamento de laços econômicos com vários países da América Latina desde o início dos anos 2000. Isso claramente impactou o crescimento das exportações desses países, que entraram na fase, já mencionada na seção anterior, de “boom das commodities”, tendo em vista que o incremento da demanda chinesa e o aumento dos preços dessas “commodities” foram fatores explicativos da expansão econômica ocorrida na região na primeira década do século XXI.

Uma evidência do crescimento econômico da América Latina pode ser percebida pela análise da Tabela 2, devido ao aumento absoluto no valor das exportações da região. Em termos comparativos com o total da economia mundial, o Caribe experimentou um decréscimo ao longo dos anos 2000. A América Central (que inclui o México) melhorou sua situação relativa entre 1980 e 2000, mas experimentou um decréscimo ao longo da última década. Para a América do Sul, pode-se afirmar que houve uma melhora, mesmo que modesta, na situação relativa, pois a região saltou de 2,55% das exportações mundiais em 2000 para 3,59% em 2012. Muito diferente parece ter sido a trajetória da Ásia como um todo e da China em particular, que aumentaram de forma significativa suas participações no valor exportado em relação ao montante mundial (a Ásia representou 35% do valor das exportações mundiais em 2012; e a China foi responsável por 11,13% no mesmo ano).

Em outras palavras, as estatísticas disponíveis conseguem evidenciar o crescimento dos fluxos comerciais e os estoques de investimentos chineses nos países latino-americanos. Passamos agora a apresentar um brevíssimo relato sobre algumas situações concretas envolvendo a presença da China na região. De acordo com o *The China Analyst* (2013), em agosto de 2013, o governo da Argentina anunciou um contrato de U\$S 4 bilhões para a construção de duas usinas hidroelétricas, em um consórcio liderado pela China Gezhouba Group. Em julho do mesmo ano, o governo equatoriano anunciou que a China National Petroleum Corporation (CNPC) concordou em ajudar a financiar o projeto de construção da refinaria Pacífico. A previsão de produção é de 300.000 barris por dia, e a Pacífico é uma joint-venture estabelecida entre o Equador e a empresa petrolífera estatal da Venezuela, a PDVSA, que iniciará suas operações em 2017. Em julho de 2013, a empresa chinesa Chinalco Mining Corporation International aprovou um projeto de expansão no montante de U\$S 1,32 bilhões destinados para o Proyecto Toromocho, um dos maiores projetos da empresa de mineração de cobre no Peru⁸.

No início de abril de 2013, a empresa de petróleo estatal chinesa Sinopec assinou um acordo com a empresa mexicana Pemex. Tal contrato tem como objetivo fortalecer as relações comerciais entre as duas empresas e incentivar o aumento das exportações de petróleo bruto para a China. Em setembro de 2012, as autoridades chinesas e venezuelanas assinaram um acordo para desenvolver em conjunto uma das maiores minas de ouro do mundo. A empresa chinesa Citic Group irá fornecer serviços de engenharia, construção e processamento para o desenvolvimento da mina de ouro Las Cristinas. No mesmo mês e ano, a Foxconn Technology Group anunciou planos de investir U\$S 494 milhões para construir cinco novas fábricas em um parque industrial em Itu, no Estado de São Paulo, que serão encarregadas de fabricar iPhones e iPads da Apple, entre outros equipamentos eletrônicos. Em dezembro de 2012, a State Grid Corporation of China, a maior empresa chinesa operadora de redes elétricas em capacidade e alcance, foi escolhida pelo governo brasileiro para construir um projeto de transmissão de energia que vai

8 O Proyecto Toromocho está localizado no Distrito de Morochocha, na Província de Yauli (MINERA CHINALCO PERÚ S.A., 2009).

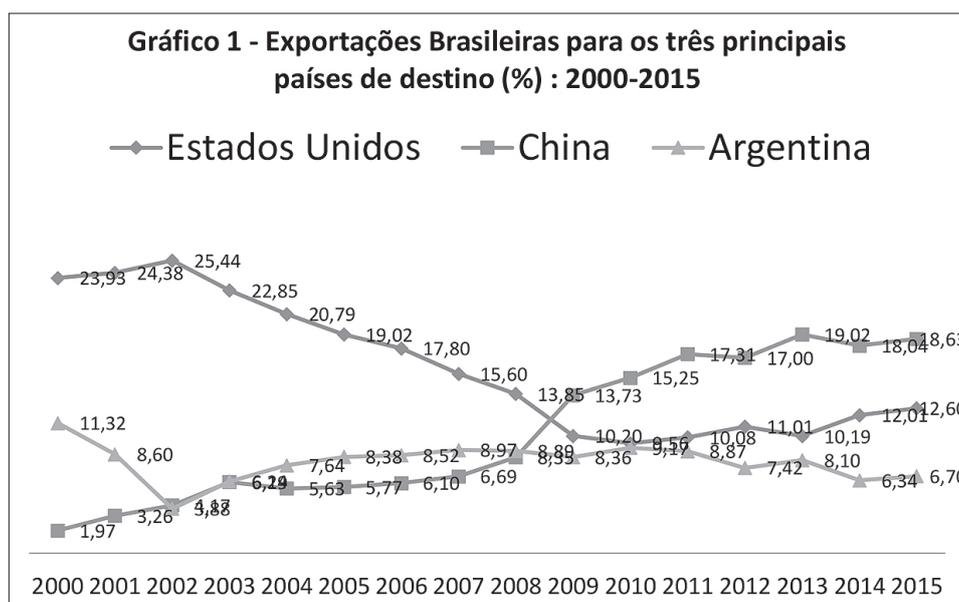
transmitir a energia da usina de Belo Monte para os Estados do Sul e Sudeste do Brasil. Depois de concluído, a State Grid vai operar um total de 9.931 quilômetros de linhas de transmissão no Brasil.

Para concluir essa seção, podemos afirmar que é a dinâmica do desenvolvimento chinês que explica a ampliação das relações comerciais e também dos investimentos daquele país para a América Latina e o Brasil, em particular. Como salientado, o aumento das exportações para a China, por parte dos países dotados de matérias-primas e recursos energéticos estratégicos, foi realmente significativo desde o início deste século (BARBOSA, 2011). O ponto crítico é que essa relação econômica não produziu e não está produzindo uma mudança no padrão de desenvolvimento nos países da região, no sentido do aprimoramento industrial (AKYÜZ, 2005). Em outras palavras, não tem havido um incremento da participação dos países na América Latina nas cadeias produtivas globais, recebendo elos que incorporem maior valor agregado. Desafortunadamente, e repetindo as más lições de nossa histórica econômica:

[...] as exportações dos países em desenvolvimento ainda se concentram em produtos derivados basicamente da exploração de recursos naturais e do uso da mão-de-obra não-qualificada ou semiespecializada, com limitadas perspectivas de crescimento da produtividade e baixo dinamismo nos mercados mundiais. (AKYÜZ, 2005, p. 43).

AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA

No que diz respeito, especificamente, ao relacionamento comercial entre Brasil e China, percebe-se que, seguindo o mesmo padrão chinês para a América Latina, a China tornou-se, a partir do início da década de 2000, o principal parceiro comercial do Brasil. O Gráfico 1 mostra a evolução das relações comerciais do Brasil através das exportações para seus três principais parceiros comerciais atuais, Estados Unidos, Argentina e China.



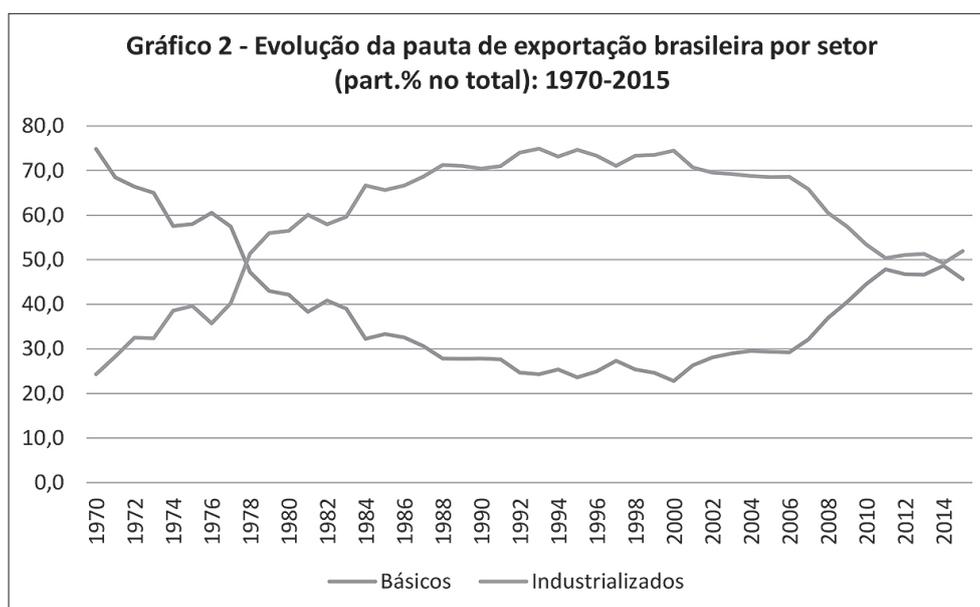
Fonte: Balança comercial brasileira: países e blocos. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2016.

Não apenas a China se torna o principal destino das exportações brasileiras, como o comércio bilateral entre Brasil-China mostra um elevado dinamismo. Até 2000, a China era um parceiro pouco relevante para o Brasil, mas, a partir de 2001, a participação da China como comprador de produtos brasileiros cresce de 3,3% para 15,1% em 2010, ultrapassando a Argentina (8,8% em 2010) e substituindo os Estados Unidos como maior destino das exportações brasileiras (que passa de 22,2% em 1999 para 12,6% em 2015). Ressalta-se que o avanço da China como o principal destino das exportações do Brasil se acentuou depois da crise, dado o diferencial de crescimento entre o país asiático e o resto do mundo.

Entre 2000 e 2013, as exportações do Brasil para a China elevaram-se de 1,9% do total das exportações brasileiras para 19,2% do total, chegando ao valor de 18,63% em 2015. Por outro lado, as importações brasileiras para a China cresceram de 2,19% em 2000 para 17,92% em 2015 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, 2016). No entanto, no que diz respeito ao valor agregado, existe uma grande diferença entre a pauta de exportação e importação do comércio Brasil-China. As exportações brasi-

leiras de produtos básicos para a China, a partir do início da década de 2000, passaram de 68,2% em 2000 para 80,3% em 2015, enquanto as exportações de produtos industrializados reduziram-se de 31,7% em 2000 para 19,6% em 2015. Por outro lado, no que diz respeito às importações do Brasil para a China, o movimento é inverso. Em 2000, o Brasil comprava da China 8,2% de produtos básicos e 91,8% de produtos industrializados. Em 2015, o valor das importações do Brasil para a China em produtos básicos caiu para 2,5%, enquanto as importações de produtos industrializados chegaram a 97,5% (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, 2016).

O aumento das exportações para a China a partir dos anos 2000 apenas agrava o processo de “reprimarização” da pauta de exportações brasileira. O Gráfico 2, a seguir, mostra que em 1970 a pauta de exportações brasileiras era composta de 74,8% de produtos básicos e 24,3% de produtos industrializados (ou seja, produtos semimanufaturados e manufaturados). Em 2000, como resultado do enorme esforço feito durante o período de substituição de importações para diversificar a pauta de exportações brasileiras em produtos de maior valor agregado, os produtos básicos passaram a responder por apenas 22,8% das exportações, enquanto os produtos industrializados representavam 74,4% das exportações (15,4% de produtos semimanufaturados e 59% de produtos manufaturados). A partir de 2000, no entanto, ocorre uma reversão da pauta de exportações, com a redução dos produtos industrializados e a concentração relativa nos produtos básicos. Em 2015, 45,6% das exportações brasileiras estavam concentradas em produtos básicos, enquanto os produtos industrializados respondiam por 51,9%.



Fonte: Balança comercial brasileira: países e blocos. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2016.

Costa (2011) ressalta que, mesmo entre as commodities, a maior parte das exportações brasileiras é composta por aquelas que não agregam valor. Ou seja, o Brasil vende menos aço e mais minério de ferro, assim como vende mais petróleo bruto do que refinado. No caso do açúcar, cujas exportações representaram US\$ 12,1 bilhões em 2010, apenas 29% foram de açúcar refinado. No complexo soja, formado pelas vendas de grão, farelo e óleo, dos US\$ 17,1 bilhões destinados ao exterior, 64,5% foram em grão.

É importante destacar também que a redução da demanda pós-crise em países como os EUA e o câmbio valorizado no Brasil contribuem para a redução dos produtos industrializados no total exportado pelo Brasil. De acordo com Costa (2011), houve, nos últimos anos, uma redução considerável da participação de produtos de maior intensidade tecnológica, como automóveis de passageiros e aviões, na pauta de exportações brasileira:

Os automóveis responderam por 2,2% do valor exportado em 2010, abaixo dos 3,5% de 2004. A participação das vendas de aviões caiu de 3,4% em 2004 para 2% no ano de 2010. De janeiro a novembro de 2010, as compras de aviões pelos EUA ficaram em apenas US\$ 336 milhões, valor 54% menor que os US\$ 733 milhões de 2009. (COSTA, 2011).

Além da reprimarização da pauta de exportações brasileira, percebe-se uma concentração da exportação em 5 principais commodities — minério de ferro, petróleo em bruto, soja (grão, farelo e óleo), açúcar (bruto e refinado) e complexo carnes — as quais, em 2010, representavam 43,4% do valor total pelo Brasil. Em 2015, a concentração de exportação em poucas commodities tornou-se ainda mais concentrada: 74,08% das exportações brasileiras para a China são compostas de soja (grão, farelo e óleo), minério de ferro, petróleo em bruto. As exportações de soja representaram, em 2015, 44,34% do total das exportações brasileiras para a China. O minério de ferro teve sua participação ampliada na pauta de exportações brasileira de menos de 5% para 18,12% em 2015. A exportação de petróleo em bruto subiu de 2,6% em 2004 para 11,62% em 2015 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2016).

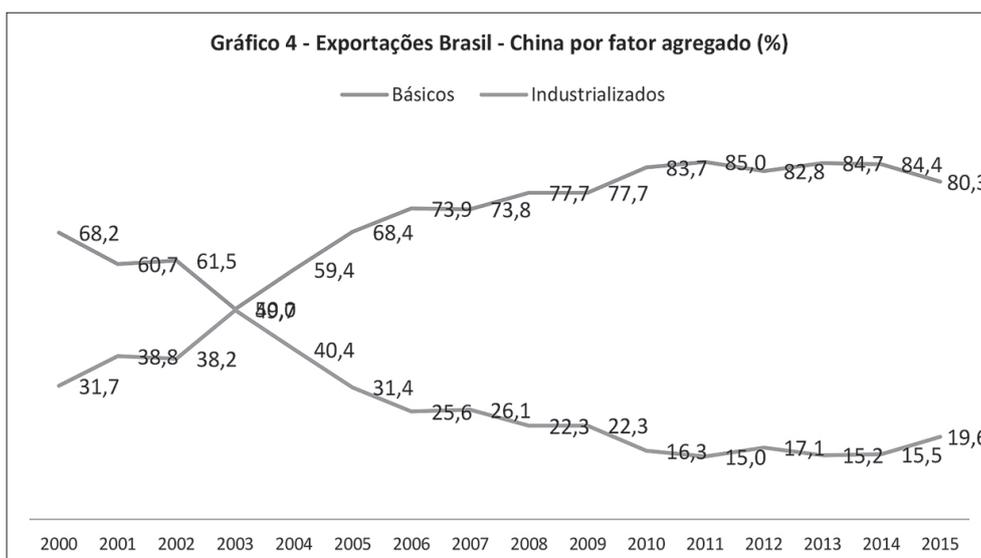
O crescimento da China agravou o processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras, a qual, mesmo depois da crise de 2008, continuou a crescer a taxas elevadas. O aumento da importação chinesa por minério de ferro, soja e petróleo bruto fez com que o perfil das exportações brasileiras totais ficasse bastante parecido com a pauta exportadora para a China. Aliás, frise-se que ocorreu a concentração das exportações brasileiras em produtos básicos em detrimento de produtos industrializados ao longo da década de 2000. Esse processo corresponde à evolução da demanda chinesa por matérias-primas ao longo da mesma década.

Podemos afirmar que o padrão de comércio externo vigente no Brasil, desde os anos 2000, se confunde com o padrão de comércio estabelecido entre Brasil e a China, devido ao aumento da demanda chinesa, que se impõe como o maior exportador brasileiro, auxiliado pela expansão dos preços das commodities exportadas pela China. Através da comparação entre os Gráficos 3 e 4, é possível perceber que o padrão de exportação brasileira total e o padrão de exportação Brasil-China seguem exatamente a mesma tendência a partir de 2000: aumento constante das exportações de produtos básicos e queda das exportações de produtos industrializados. O padrão que se estabelece, então, a partir do aumento das relações comerciais entre o Brasil e a China, está baseado na expansão das exportações de commodities com baixo valor

agregado, principalmente para China, e na importação de produtos industrializados. Ocorreu, de fato, uma reprimarização das exportações brasileiras, com forte concentração em poucas commodities. Por um lado, a necessidade chinesa de grande quantidade de matérias-primas e alimentos reitera a posição altista dos preços das commodities.



Fonte: Balança comercial brasileira: países e blocos. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2016.



Fonte: Balança comercial brasileira: países e blocos. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2016.

De fato, a estratégia de expansão da China pode estar invertendo, pelo menos temporariamente, os termos de troca em favor dos países periféricos produtores de matérias-primas. Existe, no entanto, um grande risco de concentrar as exportações brasileiras em um pequeno número de produtos cujos preços são historicamente voláteis, o que implica que as receitas das exportações brasileiras tendem também a se manter voláteis. Países com pauta de exportação mais diversificada, de maior valor agregado, são menos vulneráveis. Em caso de reversão dos preços das commodities, o país provavelmente enfrentará novamente uma deterioração dos termos de troca, uma vez que as trocas internacionais do país estão agora concentradas em exportações de baixo valor agregado com crescente importação de produtos de alto valor agregado.

Resumindo, a ampliação das relações comerciais entre a China e Brasil resulta da dinâmica econômica chinesa que ampliou a sua demanda por matérias-primas. O significativo aumento das exportações brasileiras para a China (tanto em volume como em valor) delineou um padrão de comércio brasileiro baseado tanto na exportação de produtos primários e recursos naturais com baixo valor agregado, como no crescimento da importação de produtos industrializados de maior valor agregado, principalmente as importações de material eletroeletrônico.

O padrão de comércio descrito anteriormente, embora esteja, no momento, garantindo a expansão das exportações e contribuindo para o crescimento do país, não configura uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. Além das exportações brasileiras estarem concentradas em segmentos pouco intensivos em mão de obra, nos quais a qualidade dos empregos gerados não é muito alta, as importações brasileiras da China, baseadas em produtos mais competitivos que os brasileiros (devido tanto à valorização cambial do país como à estratégia de desenvolvimento adotada pela China), têm gerado no país um processo crescente de desindustrialização. Ocorrendo uma reversão no crescimento chinês ou nos preços das commodities exportadas pelo país, o Brasil, certamente, voltará a enfrentar os problemas de deterioração dos termos de troca, uma vez que ele volta a se inserir na divisão internacional do trabalho como país exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados com alto valor agregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Publicações do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) estão chamando a atenção tanto para o enfraquecimento brasileiro no comércio mundial de manufaturas (IEDI, 2013a) quanto para a baixa participação do Brasil nas cadeias globais de valor com maior nível de sofisticação tecnológica (IEDI, 2013b, 2013c). Além disso, com base nos dados apresentados neste texto, percebe-se um atrelamento maior, desde o início do século XXI, da dinâmica exportadora brasileira às demandas da economia chinesa. Isso significou, inegavelmente, um ganho de comércio para os setores exportadores de recursos naturais, favorecidos pelo “boom das commodities”, que foi provocado pelas necessidades do modelo econômico implantado na China, como explicado anteriormente.

A análise das relações comerciais entre a América Latina/Brasil e a China evidenciou que há um padrão que repete a experiência histórica da região, como fornecedora de produtos primários (incluindo recursos energéticos) para aquele país, nos moldes do velho modelo centro-periferia, criticado nos anos 1950 pelos expoentes da Cepal. Assim, não parece haver algo de distinto no relacionamento que vem se estabelecendo entre a potência em ressurgimento e os países da América Latina e o Brasil, mesmo porque os investimentos chineses na região, como brevemente apresentado, concentram-se em setores estratégicos *para* a própria China. Na verdade, não há evidências de uma transformação estrutural nas cadeias produtivas do Brasil e dos demais países latino-americanos no sentido de incorporarem fases mais complexas, que acrescentem maior valor agregado. Os relatos aqui apresentados, pelo contrário, falam na especialização em etapas mais simples das cadeias de valor e mesmo de risco de reprimarização de economias mais sofisticadas, como a brasileira.

Assim, embora alguns setores da economia brasileira, ligados ao agronegócio e aos recursos energéticos, estejam sendo beneficiados pela ainda crescente demanda chinesa, corre-se o risco de que seja acentuada a possibilidade de extrema especialização produtiva da pauta exportadora do Brasil, como destacado por estudos recentes. Portanto, cabe não cultivar ilusões com vantagens conjunturais (ganhos de comércio) que, em longo prazo, tendem a reproduzir o “mais do mesmo”.

REFERÊNCIAS

- AKYÜZ, Y. Impasses do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 72, p. 41-56, jul. 2005.
- AMSDEN, A. **A ascensão do resto**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. 584 p.
- ARMONY, A. C.; STRAUSS, J. C. From going out (zou chuqu) to arriving in (desembarco): constructing a new field of inquiry in China – Latin America interactions. **The China Quarterly**, v. 209, p. 1-17, mar. 2012.
- ARRIGHI, G. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 1, n. 1, ago./dez. 2007.
- _____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, A. de F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: FERREIRA L. R. P. et al. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. p. 269-305.
- CARNEIRO, R. O desenvolvimento revisitado. **São Paulo em Perspectiva**, n. 3, v. 20, p. 73-82, jul./set. 2006.
- COSTA, F. N. Concentração comparada na pauta de exportação do Brasil. **Cidadania e cultura**, 17 jan. 2011. Disponível em: <www.fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/01/17/concentracao-comparada-na-pauta-de-exportacao-do-brasil/>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- CUNHA, A. M. A China e o Brasil na nova ordem internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, número suplementar, p. 9-29, nov. 2011.
- FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, número suplementar, p. 105-130, nov. 2011.
- FRIEDEN, J. A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Loyola, 2005.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor. **Carta IEDI**, São Paulo, n. 578, 28 jun. 2013a. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. A posição brasileira no comércio mundial de manufaturas em 2012. **Carta IEDI**, São Paulo, n. 594, 18 out. 2013b. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. O descompasso brasileiro entre investimento externo direto e participação nas cadeias globais de valor. **Carta IEDI**, São Paulo, n. 597, 8 nov. 2013c. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2015.

JENKINS, R. China's global expansion and Latin America. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 42, n. 4, p. 809-837, nov. 2010.

LE-FORT, M. P. China y América Latina: estrategias bajo una hegemonía transitoria. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 203, p. 89-101, maio/jun. 2006.

MINERA CHINALCO PERÚ S.A. **Proyecto Toromocho**. Beijing, 2009. Disponível em: <<http://www.chinalco.com.pe/es>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança comercial brasileira: países e blocos**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

OURIQUES, H. R.; VIEIRA, P. A.; ARIENTI, P. F. O fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento: algumas evidências. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 36, p. 31-62, out. 2013.

OURIQUES, H. R. O ressurgimento da China e suas consequências para a América Latina e o Brasil. In: VIEIRA, R. L. (Org.). **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 81-108.

_____. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 45, p. 9-40, jan./jun. 2015.

PROENÇA, A. et al. **Tecnologia e competitividade em setores básicos da indústria chinesa: estudos de caso**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2011. v. 1 e 2.

ROSALES, O.; KUWAYAMA, M. **China y América Latina y el Caribe: hacia una relación económica y comercial estratégica**. Santiago do Chile: Cepal, 2012. 251 p.

SHIXUE, J. A new look at the Chinese relations with Latin America. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 203, p. 62-78, maio/jun. 2006.

THE CHINA analyst. Hong Kong: The Beijing Axis (International Advisory and Procurement Firm), set. 2013. 42 p. Disponível em: <www.thebeijingaxis.com>. Acesso em: 6 jul. 2015.

UNCTAD. **Handbook of statistics 2013**. Genebra. 2015. Disponível em: <www.unctad.org>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Bilateral FDI statistics 2014**. Genebra, 2014. Disponível em: <www.unctad.org>. Acesso em: 10 jul. 2015.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2005.